

27 JUN 1991

Nada é urgente para o Congresso Nacional

JORNAL DO BRASIL

Luiz Orlando Carneiro *

Não é novidade. Às vésperas de seus recessos constitucionais, o Congresso está sempre com sua pauta congestionada e atrasada, procurando votar em cima da hora, na base do esforço concentrado ou do voto de lideranças, matérias da maior relevância, como as que aí estão.



A Lei de Diretrizes Orçamentárias, as leis do inquilinato e da informática, além da rolagem das dividas dos estados, estão sendo discutidas e votadas a toque de caixa, no fim desta primeira sessão da atual legislatura.

Nos últimos dois anos, a enxurrada de medidas provisórias enviadas ao Congresso pelos presidentes Sarney e Collor foi apontada pela maior parte dos parlamentares como a grande responsável pelo congestionamento dos trabalhos legislativos, impossibilitando o fluxo normal das leis ordinárias e complementares.

Deputados e senadores da oposição, volta e meia, perguntam por que o Executivo, ao invés de produzir medidas provisórias em série, não faz uso da prerrogativa constitucional, "mais democrática", de solicitar urgência para a apreciação dos projetos de lei de sua iniciativa.

Não entanto, os fatos e os números não vêm ajudando a argumentação dos congressistas, pelo menos nestes últimos cinco meses. Basta lembrar que a Medida Provisória 296, sem dúvida nenhuma um caso de relevância e urgência, por tratar de vencimentos de

servidores federais, foi a segunda medida desse tipo editada pelo governo em quatro meses. Não há dúvida de que o governo tem evitado ao máximo fazer uso do instituto.

Quanto à prerrogativa do Executivo de solicitar urgência para projetos de sua iniciativa, em que tenha grande interesse, sentem os funcionários do Palácio do Planalto e as lideranças do governo uma certa irritação por parte da maioria dos parlamentares, que não têm nenhuma simpatia pelo disposto nos parágrafos 1º e 2º do Art. 64 da Constituição.

Como se sabe, se tendo o presidente pedido urgência para um determinado projeto de lei, e não se manifestando a Câmara e o Senado em até 45 dias sobre a proposição, o projeto tem de ser incluído na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, a fim de que se ultime a votação do projeto de iniciativa do Executivo.

De abril até agora, o Executivo enviou ao Congresso 15 projetos de lei com pedido de urgência. Desses, seis foram cancelados a pedido das próprias lideranças do governo, que pressentiram a má vontade dos parlamentares, que não gostam de ter prazos rígidos cobrados.

Entre os projetos de lei com solicitação de urgência cancelada está o que dispõe sobre a prestação de serviços de movimentação de mercadorias, armazenagem e demais serviços nos portos; a construção e exploração das instalações portuárias e a estruturação de tarifas portuárias. O governo considera o projeto de lei vital para a economia, mas aceitou a promessa da presidência do Congresso de que, com o cancelamento da urgência, o projeto teria prioridade em sua tramitação normal. Mas a promessa não foi cumprida.

Também perderam o caráter de

urgência, por pressão do Congresso, a regulamentação dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial; a regulamentação do artigo constitucional que dispõe sobre a negociação coletiva de trabalho, regulando ainda a representação de trabalhadores na empresa; o projeto restabelecendo certos incentivos fiscais e o que revogava a Lei de Segurança Nacional, entre outros.

Um dos projetos que teve cancelada a urgência solicitada pelo Executivo — o que restabelece alguns incentivos fiscais — está para ser votado hoje, e tem a ver com um artigo das disposições transitórias, segundo o qual ficariam revogados, após dois anos, a partir da data da promulgação da Constituição, os incentivos não confirmados em lei.

O relator da matéria, deputado Paes Landim, chamou a atenção para o fato de que a eliminação desses benefícios, por inércia, poderia ter efeito contrário, principalmente no caso das exportações, "pois a perda de competitividade implicaria a queda quase imediata da receita do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, pela redução dos lucros com a retração das vendas externas", afetando também a arrecadação global, "dada a supressão do efeito induzido que essas operações exercem sobre a evolução da renda interna".

Apesar de tudo, estão tramitando no Congresso, com pedido de urgência do Executivo, 10 projetos de lei.

Espera-se que, a partir de agosto, o Congresso aceite com menos idiossincrasia a faculdade do Executivo de solicitar urgência para projetos por ele considerados vitais, a fim de que não volte o governo, em nome da urgência e da relevância, ao atalho das medidas provisórias.